



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CAMPUS GUAJARÁ-MIRIM
Av. 15 de Novembro, S/N, Planalto. CEP: 76.850-000 - Guajará-Mirim - RO
(69) 9985-4314
Diretoria de Planejamento e Administração

PROCESSO Nº 23243.001839/2017-65

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2017

O Instituto Federal de Rondônia, por intermédio do *Campus* Guajará-Mirim, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MAIOR DESCONTO**, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá à Lei nº 10.520, de 2002, ao Decreto nº 5.450, de 2005, à Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, ao Decreto nº 3.722, de 2001, ao Decreto nº 7.892, de 2013, ao Decreto nº 2.271, de 1997, à Lei Complementar nº 123, de 2006, e subsidiariamente à Lei nº 8.666, de 1993, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

Data da abertura da sessão pública: 12/04/2017

Horário: 09:00 (09 horas e 00 Minutos - horário de Brasília)

Endereço: Portal Comprasnet - www.comprasnet.gov.br

Encaminhamento da proposta e anexos: a partir da data de divulgação do Edital no Comprasnet 30/03/2017, até a data e horário da abertura da sessão pública.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto desta licitação é a **CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE BEM PÚBLICO PARA SERVIÇOS DE LANCHONETE E RESTAURANTE**, por empresa especializada no ramo, nas dependências do Instituto Federal de Rondônia *Campus* Guajará-Mirim – IFRO *Campus* Guajará-Mirim, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência, neste Edital e em seus Anexos.
- 1.2. O valor mensal da Concessão de Uso será de R\$ 550,00 (QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS), apurados em pesquisa de preços realizada em avaliação mercadológica Cidade de Porto Velho/RO tendo como parâmetro o espaço físico a disposição da CESSIONÁRIA, além dos percentuais definidos no item 1.7, que poderá ser corrigido anualmente (a cada doze meses) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC- IBGE).



- 1.3. **O valor estimado dos alimentos é de R\$ 268,53 (duzentos e sessenta e oito reais e cinquenta e três centavos),** apurados em pesquisa de preços realizada no mercado.
- 1.4. A futura CESSIONÁRIA terá à disposição espaço físico medindo 95m² (noventa e cinco metros quadrados), no Campus Guajará Mirim, na Av. 15 de Novembro, S/N, Planalto. CEP: 76.850-000 - Guajará-Mirim - RO.
- 1.4.1. Os serviços deverão ser prestados a partir das 07:00 horas às 22:00 horas sábados letivos conforme calendário escolar, ficando neste caso a CESSIONÁRIA obrigada promover atendimento em todos os períodos de aula, observando os preceitos do **item 4 do Termo de Referência sobre condições de funcionamento dos serviços de cantina e restaurante.**
- 1.4.2. **O potencial da clientela para os serviços é composta por 570 (quinhentos e trinta) usuários sendo 530 (quinhentos e trinta) alunos do ensino presencial de Curso Técnico Integrado de Manutenção e Suporte à informática, Curso técnico Integrado em Biotecnologia, Curso Técnico Concomitante de Manutenção e suporte à Informática e Técnico em Segurança do Trabalho Concomitante ao Ensino Médio, Licenciatura Ciência, além de 50 (cinquenta) servidores. Este número pode aumentar em virtude da ampliação de turmas, de cursos de curta duração ofertados pelo Campus, bem como dos provenientes dos vários programas de governo ao qual o IFRO adere como Pronatec, Curso Técnico concomitante com Ensino Médio.**
- 1.5. A licitação é composta de **UM GRUPO**, conforme tabela constante do Termo de Referência.
- 1.6. **A CESSIONÁRIA deverá participar do rateio para cobertura das despesas com energia elétrica e vigilância predial, contribuindo com o valor do consumo dos equipamentos instalados (o cálculo será feito pela concessionária de energia e levará em consideração o consumo dos equipamentos instalados), 0,5% (meio por cento) mensal para o serviço de vigilância, cujos valores serão recolhidos mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, por meio de Guia de Recolhimento da União, que poderá ser emitida no site do Tesouro Nacional ou solicitada na Coordenação de Orçamento e Finanças do Campus.**
- 1.7. **Nos meses de férias escolares, definidos no Calendário Escolar (geralmente Janeiro, Julho e Dezembro), será facultado ao Campus Guajará Mirim, mediante requerimento da CESSIONÁRIA, dispensar os serviços de cantina/restaurante, em sua totalidade ou mantendo o atendimento à demanda da Administração, reduzindo-se em ambos os casos em até 80% (oitenta por cento) do valor mensal consignado na proposta da CESSIONÁRIA, aplicando-se também a redução sobre o valor da contribuição pelos gastos com energia elétrica e vigilância predial.**
- 1.8. O critério de julgamento adotado será o **MAIOR DESCONTO** sobre os produtos a serem comercializados discriminados no ANEXO III deste Edital, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.9. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 1.9.1. ANEXO I – Termo de Referência;
- 1.9.2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;
- 1.9.3. ANEXO III – Planilha Estimativa de Preços;
- 1.9.4. ANEXO IV – Minuta do Termo de Concessão;



- 1.9.5. ANEXO V – Modelo do Termo de Vistoria;
- 1.9.6. ANEXO VI – Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental.
- 1.9.7. ANEXO VII – Metodologia de Avaliação Técnica

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos, e estiverem previamente credenciados perante o sistema eletrônico, em situação regular, por meio do Compras Governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br), para participação de Pregão Eletrônico.
- 2.2. Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:
 - 2.2.1. Com falência, recuperação judicial ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;
 - 2.2.2. Em dissolução ou em liquidação;
 - 2.2.3. Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93.
 - 2.2.4. Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002, e decretos regulamentadores;
 - 2.2.5. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;
 - 2.2.6. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
 - 2.2.7. Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
 - 2.2.8. Estrangeiras que não funcionem no País,
 - 2.2.9. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.
- 2.3. O licitante deverá declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, quando for o caso.
- 2.4. Deverá assinalar, ainda, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
 - 2.4.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
 - 2.4.2. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



- 2.4.3. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir dos 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXII, da Constituição Federal.
- 2.5. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

3. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no Portal Compras Governamentais, conforme procedimento da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 11 de outubro de 2010.
- 3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão eletrônico.
- 3.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 3.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 3.6. Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

1. DO CREDENCIAMENTO

- 4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.
- 4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 4.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.



2. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 5.1. A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a partir da data de divulgação do Edital no Compras Governamentais até a data e horário da abertura da sessão pública.
 - 5.1.1. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 5.2. Como requisito para a participação no Pregão, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico:
 - 2.1.a. Que cumpre todos os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital;
 - 2.1.b. Que inexistem fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame;
 - 2.1.c. Que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 2002;
 - 2.1.d. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa nº2, de 16 de setembro de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- 5.3. O licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) e a cooperativa de que trata o artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (COOP), deverão declarar tal condição no ato do envio da proposta, por intermédio de funcionalidade disponível no sistema eletrônico, sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 5.4. O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá declarar sua condição de ME/EPP no sistema Compras Governamentais.
 - 5.4.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.
- 5.5. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos relativos a:
 - 5.5.1. **Valor** do desconto a ser aplicado, em percentual, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência.
 - 5.5.2. No preço cotado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.
 - 5.5.3. Indicação da marca e fabricante, quando couber;
 - 5.5.4. Descrição detalhada do objeto ofertado, contendo as seguintes informações:
 - 5.5.5. Prazo de entrega, observado o limite máximo do Termo de Referência;



- 5.5.6. Prazo de garantia do produto, observado o parâmetro mínimo do Termo de Referência;
- 5.5.7. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.
- 5.6. Havendo divergências nas especificações entre o edital e o Compras Governamentais, o fornecedor deverá considerar as constantes no Edital.
- 5.7. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

3. DA VISTORIA DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

- 6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante **PODERÁ** realizar vistoria nos dos locais onde serão executados os serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 17 horas.
- 6.2. As empresas licitantes têm o direito à vistoria prévia, porém, a interessada deverá decidir se arcará com o ônus de tal operação ou assumirá o risco de uma avaliação menos apurada, **pois a empresa licitante que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente, subestimar sua proposta, estará incorrendo em risco típico do seu negócio, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar.**
- 6.3. As vistorias deverão ser previamente agendadas com a Coordenação de Serviços Gerais de Cada Campus, via e-mail: csg.guajara@ifro.edu.br ou telefone 69-9985-4314.

4. DA ABERTURA DA SESSÃO

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.1.1. No decorrer da sessão pública, caso o sistema seja desconectado para o Pregoeiro, mas permaneça acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.1.2. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

5. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 8.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- 8.1.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 8.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



- 8.3. As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.
- 8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para envio de mensagem do Pregoeiro aos licitantes.
- 8.5. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 9.1. Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando, então, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
 - 9.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo **PERCENTUAL DE DESCONTO**.
- 9.2. O licitante será imediatamente informado do recebimento de seu lance no sistema e do valor consignado no registro.
- 9.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos.
 - 9.3.1. Os lances enviados pelo mesmo licitante com intervalo inferior a 20 (vinte) segundos serão descartados automaticamente pelo sistema, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 03, de 16 de dezembro de 2011.
- 9.4. Os licitantes somente poderão oferecer lances superiores (em percentuais) aos últimos por eles ofertados e registrados pelo sistema.
- 9.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.6. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.7. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro.
- 9.8. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 9.9. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 9.10. **Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.**
- 9.11. Encerrada a etapa de lances, na hipótese de participação de licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (COOP), será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007.



- 9.12. O Sistema de Pregão Eletrônico identificará em coluna própria as ME/EPP e COOP participantes, fazendo comparação entre os valores do licitante com melhor lance e das demais ME/EPP/COOP na ordem de classificação, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP/COOP.
- 9.13. Nessas condições, as propostas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de maior desconto serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP/COOP melhor classificado terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente melhor que a da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo Sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.14. Caso a ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP/COOP participantes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido no subitem anterior.
- 9.15. Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP/COOP empatadas, na faixa dos 5% (cinco por cento) de diferença para a primeira colocada, o Sistema fará um sorteio eletrônico entre os licitantes, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate, conforme subitens acima.
- 9.16. Havendo êxito neste procedimento, o Sistema disponibilizará a nova classificação de fornecedores para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP/COOP, ou ainda não existindo ME/EPP/COOP participante, prevalecerá a classificação inicial.
- 9.17. Somente após o procedimento de desempate fictício, quando houver, e a classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar.
- 9.18. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
- 18.a) Produzidos no País;
 - 18.b) Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
 - 18.c) Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- 9.19. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados.
- 9.20. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
- 9.21. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



- 9.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. Como condição prévia à aceitação da proposta, o Pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br), seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

10.1.1. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

10.1.2. Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolamento do limite legal, o Pregoeiro procederá à desclassificação da proposta, não aceitando o proponente, uma vez que encontra-se excluído dos benefícios da Lei Complementar 123, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, sem prejuízo das penalidades incidentes.



- 10.2. Não ocorrendo situação de recusa com base nas hipóteses acima, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 10.2.1. Os preços finais, após aplicação do percentual de desconto ofertado, não poderão ultrapassar o valor unitário máximo de cada item definido no Termo de Referência.
- 10.3.** Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos no subitem anterior, o Pregoeiro poderá exigir que o licitante classificado em primeiro lugar apresente laudo, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **03 (Três) dias úteis** contados da solicitação, quando couber.
- 10.4. O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante que envie imediatamente documento contendo as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 10.5. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 10.5.1. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 10.5.2. Nessa situação, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 10.6. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.
- 10.7. Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.
- 10.8. Os valores da proposta vencedora deverão conter apenas 02 (dois) dígitos após a vírgula, para evitar a ocorrência de dízima, que dificulta a emissão da nota de empenho no valor correto (podem ocorrer arredondamentos para mais ou para menos). Persistindo a dízima, o Pregoeiro poderá desprezar os dígitos posteriores a 02 (dois) dígitos após a vírgula, de modo a obter valores redondos.



- 10.8.1. As propostas vencedoras que contenham preços unitários com mais de duas casas decimais serão acertadas pelo pregoeiro. Por exemplo, caso o valor vencedor seja 1.234,5678, o valor considerado será 1.234,56.

8. DA HABILITAÇÃO

- 11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a. SICAF;
 - b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - c. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- 11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 11.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 11.4.** Não ocorrendo inabilitação, o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar deverá comprovar, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da solicitação no sistema eletrônico, sua condição de habilitação, por meio do fax número **(69) 9985-4314** ou do e-mail ccl.guajara@ifro.edu.br, com posterior encaminhamento do documento pertinente por via postal ou similar no prazo máximo de **03 (três) dias**. Os originais da proposta escrita e da documentação de habilitação deverão ser encaminhados ao IFRO – CAMPUS Guajará-Mirim situado à Av. 15 de Novembro, S/N, Planalto. CEP: 76.850-000 - Guajará-Mirim - RO.
- 11.5. Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.
- 11.6. Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:
- 11.6.1. Relativos à Habilitação Jurídica:**
- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor,



devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

- b.1) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- c) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- d) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, emitida até 180 dias anteriores a abertura do pregão.
- e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- f) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.6.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, mediante certidão negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa.

11.6.3. Relativos à qualificação Econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da sua apresentação;

11.6.4. Relativos à Qualificação Técnica

- a) Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de no mínimo 01 (um) **Atestado de Capacidade Técnica**, fornecido por **pessoas jurídicas** de direito público ou privado.



- a.1. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.
 - a.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados.
 - a.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
 - a.4. Os **Atestados de Capacidade Técnica** poderão ser diligenciados junto ao emissor, podendo ser solicitadas cópias dos contratos e faturamentos (autenticadas ou acompanhadas dos originais).
- 11.7. Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.
- 11.8. O licitante que já estiver cadastrado no SICAF, em situação regular, até o terceiro dia útil anterior à data da abertura da sessão pública, ficará dispensado de apresentar os documentos comprobatórios abrangidos pelo referido cadastro que estejam validados e atualizados.
- 11.9. A verificação se dará mediante consulta online, realizada pelo Pregoeiro, devendo o resultado ser impresso e anexado ao processo.
- 11.10. Na hipótese de algum documento que já conste do SICAF estar com o seu prazo de validade vencido, e caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, o licitante será advertido a encaminhar, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, documento válido que comprove o atendimento às exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e das cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.
- 11.11. O licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação.
- 11.12. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.
- 11.13. No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 11.14. Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.
- 11.15. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 11.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.



- 11.17.No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.
- 11.18.Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 12.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **12 (doze) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.
- 12.1.1. A proposta final deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 12.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 12.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência vinculam a Contratada.

10. DOS RECURSOS

- 13.1. Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 13.1.1. O Pregoeiro assegurará tempo mínimo de 30 (trinta) minutos para que o licitante manifeste motivadamente sua intenção de recorrer.
- 13.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 13.3. Cabe ao Pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.
- 13.3.1. A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pelo Pregoeiro, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.



- 13.4. O acolhimento de recurso, pelo Pregoeiro, ou pela autoridade competente, conforme o caso, importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.5. Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12. DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 15.1. A execução dos serviços será no Campus Guajará-Mirim sediado na Avenida 15 de Novembro, S/N, Planalto. CEP: 76.850-000 - Guajará-Mirim - RO
- 15.2. O prazo máximo para início da execução dos serviços será de 20 (vinte) dias, a contar da assinatura do Termo de Cessão.

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS DURANTE A SESSÃO DO PREGÃO

16.1. Das infrações e penalidades.

16.1.1. Se a empresa não mantiver a proposta:

16.1.1.1. Ao licitante 1º colocado, que após classificação e convocação para entrega de sua proposta, não entregá-la no prazo estipulado, será configurado que o mesmo não manteve sua proposta. **Penalidade:** Será desclassificado e ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10520/2002, pelo prazo de 1 (um) ano.

16.1.1.2. Após desclassificação de licitante melhor qualificado e convocação do próximo colocado para confirmar sua proposta, no caso deste não responder a convocação no prazo estipulado pelo pregoeiro ou não confirmar sua proposta, será configurado que o mesmo não manteve sua proposta. **Penalidade:** Será desclassificado e ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10520/2002, pelo prazo de 6 (seis) meses.

16.1.1.3. Após desclassificação de licitante melhor qualificado e convocação do próximo colocado, após sua confirmação de proposta via chat, não entregar a proposta no prazo estipulado, será configurado que o mesmo não manteve sua proposta. **Penalidade:** Será desclassificado e



ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10520/2002, pelo prazo de 1 (um) ano.

16.1.1.4. Há exclusão de responsabilidade quando a recusa em não manter a proposta for decorrente de caso fortuito ou força maior. Devendo para isso, o licitante comprovar tais circunstâncias por meios lícitos e válidos.

16.1.2. Se a empresa entregar documentação falsa. **Penalidade:** Será desclassificada e ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10520/2002, pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais.

16.1.3. Se a empresa ensejar o retardamento da execução do certame. **Penalidade:** Será desclassificada e ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10520/2002, pelo prazo de 6 (seis) meses.

16.1.4. Se a empresa deixar de entregar documentação para habilitação exigida para o certame **Penalidade:** Será desclassificada e ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10520/2002, pelo prazo de 6 (seis) meses.

16.1.4.1. A ausência de qualquer documento no prazo estipulado resulta em inabilitação. A penalidade de suspensão será analisada em cada caso concreto e será aplicada no caso de haver prejuízo à administração, seja impactando a celeridade do pregão eletrônico, configurada quando o licitante deixa de entregar a documentação no prazo fixado pelo pregoeiro ou na economicidade, esta última que se concretiza quando a próxima proposta é superior ao do licitante inabilitado ainda que após a negociação ou quando o item após a inabilitação resta fracassado.

16.1.5. Se a empresa comportar-se de modo inidôneo. **Penalidade:** Será desclassificada e ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10520/2002, pelo prazo de 1 (um) ano.

16.1.6. Se a empresa cometer fraude fiscal. **Penalidade:** Será desclassificada e ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10520/2002, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

16.2. Dos procedimentos.

16.2.1. A licitante que cometer qualquer uma das infrações descritas no item **16.1** e/ou presentes na Lei 10.520/2002, durante a sessão do pregão eletrônico, será citada imediatamente via *chat*.



16.2.2. A citação conterà: a infração cometida com indicação de sua descrição no edital e informação do prazo de 30 (trinta) minutos, para a empresa apresentar sua justificativa na própria sessão do certame.

16.2.3. Apresentada a justificativa, o pregoeiro irá analisá-la junto com a equipe de apoio, podendo aceitá-la ou não. Sua decisão será comunicada via *chat*.

16.2.4. Caso o pregoeiro não aceite a justificativa apresentada pela licitante ou a empresa não a ofereça no prazo estipulado no subitem 15.2.2, dar-se-á início a abertura de processo administrativo com requerimento inicial por meio de memorando enviado ao Diretor do Departamento de Administração e Planejamento.

16.3. Do requerimento inicial.

16.3.1. O pregoeiro solicitará ao Diretor do Departamento de Administração e Planejamento do IFRO – Instituto Federal de Rondônia autuação de processo administrativo para apuração de possível infração administrativa, informando a infração (art. da lei e/ou item edital) e penalidade que constatou, anexando a ata da sessão.

16.4. Da análise inicial.

16.4.1. Cabe ao Diretor do Departamento de Administração e Planejamento – DPLAD, a análise da documentação enviada pelo pregoeiro.

16.5. Da instrução.

16.5.1. Verificada pelo Diretor do Departamento de Administração e Planejamento – DPLAD a existência da motivação será autuado o processo e instruído com os seguintes documentos:

- 1.1.a) Edital de licitação;
- 1.1.b) Ata da sessão;
- 1.1.c) Proposta da contratada, caso houver;
- 1.1.d) Demais documentos que julgar necessários.

16.6. Ciência e defesa prévia.

16.6.1. O Diretor do Departamento de Administração e Planejamento – DPLAD dará conhecimento à licitante da instauração de processo administrativo para apurar possível infração e citará a licitante informando-a do prazo para apresentar defesa prévia.

16.6.2. A notificação deverá ser enviada pelo correio, com Aviso de Recebimento, ou entregue ao fornecedor mediante recibo, ou em caso de mudança de endereço ou recusa de recebimento, publicada no Diário Oficial, quando começará a contar o prazo para apresentação de defesa prévia.

16.6.3. A licitante tem direito à vista dos autos e obter cópias de documentos neles contidos de acordo com as normas internas do IFRO.

16.7. Defesa prévia.



- 16.7.1. A licitante poderá apresentar defesa prévia, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da citação.
- 16.7.2. A defesa deverá ser digitada em computador, sem emendas e devidamente assinada pelo representante legal. Deverá ser entregue, no horário das **8h às 12h** e das **14h às 18h (horário local)**, na Coordenação de Compras e Licitações na **Avenida 15 de Novembro, S/N, Planalto. CEP: 76.850-000 - Guajará-Mirim - RO.**
- 16.7.3. Poderá a licitante anexar a sua defesa provas e documentos para comprovação dos fatos.
- 16.7.4. Somente poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.
- 16.7.5. Antes da análise das alegações, averiguar-se-á a tempestividade da peça:
- 1.1.a) Se intempestiva, não conhece das alegações;
 - 1.1.b) Se tempestiva, conhece das alegações e analisa sua procedência ou não.
- 16.7.6. O Diretor do Departamento de Administração e Planejamento – DPLAD analisará a defesa prévia quando houver, bem como os demais documentos do processo, juntará demais diligências e relatório, enviando-o ao Superintendente para análise da defesa e decisão.
- 16.7.7. O Diretor do Campus analisará a defesa prévia, quando houver, e demais documentos do processo e concluirá:
- 16.7.7.1. Se procedente, não se aplica a sanção;
 - 16.7.7.2. Se improcedente, aplica-se a sanção.
- 16.7.8. O Diretor do Campus tem o prazo de até 30 (trinta) dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.
- 16.7.9. A decisão será lavrada pelo Diretor do Campus em despacho juntado ao processo e publicada em Portaria.

16.8. Notificação.

- 16.8.1. Aplicada a sanção, o Diretor do Campus enviará ofício à contratada notificando-a da decisão e da abertura do prazo para Recurso Administrativo e enviando GRU se for o caso.

16.9. Do recurso.

- 16.9.1. A empresa poderá apresentar recurso, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da citação, no caso das penalidades previstas no item 19 deste edital. O recurso administrativo será encaminhado a autoridade.
- 16.9.2. O recurso deverá ser digitado em computador, sem emendas e devidamente assinada pelo representante legal. Deverá ser entregue no endereço descrito no item 19.6.2 do edital.



- 16.9.3. Caso não haja recurso, o Diretor do Campus autorizará a inscrição da sanção no SICAF e demais procedimentos pertinentes para recolhimento em caso de multa.
- 16.9.4. Havendo recurso verificar-se-á sua tempestividade:
- 1.1.a) Se for intempestivo, nega-se o conhecimento do mérito;
 - 1.1.b) Se for tempestivo, conhece-se do mérito.
- 16.9.5. Constatada a tempestividade do recurso, poderá o Diretor do Campus reconsiderar sua decisão no prazo de cinco dias úteis a contar do recebimento do recurso.
- 16.9.6. Se da análise do recurso a decisão for reconsiderada, o recurso não é submetido à autoridade superior.
- 16.9.7. Não havendo reconsideração, o processo será evoluído para autoridade superior (Reitor do IFRO), que proferirá decisão final.
- 16.9.8. Da decisão da Reitor do IFRO não cabe recurso.
- 16.9.9. Caso a sanção seja mantida após decisão da autoridade superior, o Reitor enviará ofício à empresa informando-a da decisão.
- 16.9.10. Após decisão da autoridade superior as penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF.
- 16.9.11. É obrigatória a publicação na imprensa oficial no caso de penalidades aplicadas de Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF. (Art.109, § 1º da Lei nº 8.666/93).

16.10. Dos prazos.

- 16.11. Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.
- 16.12. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

14. DEMAIS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:
- 17.1.1 Não assinar o Termo de Cessão, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
 - 17.1.2 A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 1.a) Multa de até **10% (dez por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
 - 1.b) Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de:



b.1) dois anos para as infrações para o subitem **17.1.1**.

A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, sendo o procedimento de instrução do processo de penalização o mesmo descrito no item **16.2 a 16.10** deste edital.

17.2 As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

17.2.1 As multas serão recolhidas em favor da União, no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa da União e cobradas judicialmente.

17.2.2 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência.

16. DO PAGAMENTO

19.1. As condições de Pagamento da Concessão estão descritas no item **11 do TERMO DE REFERÊNCIA** anexo a este edital.

17. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

20.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

20.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

20.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

20.3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.



- 22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail ccl.guajara@ifro.edu.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. 15 de Novembro, S/N, Planalto. CEP: 76.850-000 Guajará-Mirim/RO, setor Diretoria de Planejamento e Administração.
- 22.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
- 22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 22.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 22.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1. É permitida às partes a utilização do sistema de transmissão de dados e imagens tipo fac-símile ou e-mail, somente até às 18:00 horas do último dia útil estipulado para a prática de atos processuais que dependam de petições escritas, como Pedidos de Impugnação ou Esclarecimentos.
- 22.2. Todos os horários aplicáveis a esse edital e seus **anexos observam o horário oficial de Brasília/DF.**
- 22.3. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital, na forma eletrônica, ou mediante o encaminhamento de petição por escrito ao Pregoeiro.
- 22.3.1. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
- 22.3.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no Edital.
- 22.4. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, através do e-mail ccl.guajara@ifro.edu.br.
- 22.4.1. O pedido de esclarecimentos será respondido em até vinte e quatro horas.
- 22.5. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.



- 22.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 22.7. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 22.8. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 22.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 22.10. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.
- 22.11. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.12. O licitante deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local do serviço, se for o caso, para representá-lo na execução do contrato.
- 22.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 22.14. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 22.15. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.16. Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.
- 22.17. O Edital e seus Anexos poderão ser lidos ou obtidos no endereço: **Avenida 15 de Novembro, S/N, Planalto. CEP: 76.850-000 - Guajará-Mirim - RO**, nos dias úteis, no horário das **08:00** horas às **11:30** horas e das **14:30** horas às **17:00** horas.

22.17.1. O Edital também está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.



- 22.18. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço citado no item 22.17, nos dias úteis, nos mesmos horários.
- 22.19. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 5º, III, da Lei nº 10.520, de 2002.
- 22.20. Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 5.450, de 2005, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 3.722, de 2001, do Decreto nº 7.892, de 2013, da Lei Complementar nº 123, de 2006, do Decreto nº 2.271, de 1997, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.
- 22.21. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Seção Judiciária da Justiça Federal de **Porto Velho**, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

Guajará-Mirim, 27 de março de 2016

Aprovo a presente minuta de edital e autorizo a continuidade do processo.

Vagner Schoaba
Diretor Geral
IFRO – *Campus* Guajará-Mirim

